



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10070.000552/93-10
Recurso nº : 136.634
Matéria : IRPJ - Ex(s): 1988 a 1991
Recorrente : THE SYDNEY ROSS CO.
Recorrida : 3ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG
Sessão de : 16 de setembro de 2004
Acórdão nº : 103-21.725

RECURSO VOLUNTÁRIO. PRAZO. O recurso voluntário contra decisão de primeira instância deverá ser apresentado dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à ciência da decisão.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por THE SYDNEY ROSS CO.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, **NÃO TOMAR CONHECIMENTO** do recurso por perempto, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

CÂNDIDO RODRIGUES NEUBER
PRESIDENTE

ALOYSIO JOSÉ PERCINÓ DA SILVA
RELATOR

FORMALIZADO EM:
22 OUT 2004

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: MÁRCIO MACHADO CALDEIRA, ANTONIO JOSÉ PRAGA DE SOUZA (Suplente Convocado), ALEXANDRE BARBOSA JAGUARIBE, PAULO JACINTO DO NASCIMENTO, NILTON PÊSS e VICTOR LUIS DE SALLES FREIRE.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10070.000552/93-10

Acórdão nº : 103-21.725

Recurso nº : 136.634

Recorrente : THE SYDNEY ROSS CO..

RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário interposto por THE SYDNEY ROSS CO., devidamente qualificada nos autos, contra o Acórdão DRJ/BHE nº 3.057/2003 (fls. 164), da 3ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Belo Horizonte-MG, que considerou procedente o auto de infração de IRPJ às fls. 02 e determinou a exclusão da TRD do cálculo dos juros moratórios no período 04/02 a 29/07/91, conforme prescreve a IN SRF 32/97.

O auto de infração indica irregularidades relativas a despesas financeiras, remuneração de administradores e gratificações de empregados.

O acórdão refutado contém a seguinte ementa:

"Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Exercício: 1988, 1989, 1990, 1991

Ementa: GLOSA DE DESPESAS FINANCEIRAS - MÚTUOS SEM ÔNUS A EMPREGADOS - DESNECESSIDADE - Consideram-se desnecessárias e indedutíveis as despesas que não forem, comprovadamente, pagas ou incorridas para a realização das transações ou operações exigidas para a atividade da empresa; da mesma forma, as que não forem usuais ou normais no tipo de transações, operações ou atividade da empresa.

EXCESSO DE RETIRADAS - CONCEITO DE ADMINISTRADOR - Para efeito de determinar a remuneração de quais empregados será computada no cálculo do limite de dedução das retiradas, o conceito de administrador não depende da qualificação jurídica nem da denominação convencional do beneficiário, e sim da natureza das funções que efetivamente exercer na empresa.

GRATIFICAÇÕES A EMPREGADOS - LIMITE DE DEDUÇÃO - Somente quando ficar comprovado que a gratificação efetivamente integrava o salário do empregado, nos termos da legislação trabalhista, é que sua dedução não se sujeita a limite."



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10070.000552/93-10
Acórdão nº : 103-21:725

Cientificada da decisão de primeiro grau em 14/04/2003, segundo comprovante às fls. 179-verso, The Sydney Ross Co., por intermédio do seu advogado, apresentou recurso voluntário em 15/05/2003 (fls. 182).

Despacho acerca da regularidade do arrolamento de bens e direitos às fls. 223.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'M' or 'R'.

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'M' or 'R'.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10070.000552/93-10
Acórdão nº : 103-21.725

V O T O

Conselheiro ALOYSIO JOSÉ PERCÍNIO DA SILVA - Relator

O art. 33 do Decreto 70.235/72 estabelece que o recurso voluntário deve ser apresentado dentro dos 30 (tinta) dias seguintes à ciência da decisão de primeira instância. Por sua vez, o art. 5º do mesmo decreto determina que os prazos são contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento, com a ressalva de que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal no órgão em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

O documento às fls. 179-verso comprova a ciência da decisão de primeira instância em 14/04/2003, uma segunda-feira. Assim, o prazo de 30 (trinta) dias para interposição de recurso iniciou na terça-feira, 15/04/2003, e encerrou na quarta-feira 14/05/2003. O recurso foi apresentado em 15/05/2003 (fls. 182), quinta-feira.

Portanto, conclui-se que o recurso é perempto, haja vista a sua apresentação após o prazo legal de 30 (trinta) dias previsto no art. 33 do Decreto 70.235/72.

Pelo exposto, não se deve tomar conhecimento do recurso. -

Sala das Sessões - DF, em 16 de setembro de 2004

ALOYSIO JOSÉ PERCÍNIO DA SILVA